

Este documento está disponível em www.joaocarlossouto.adv.br

Importância da doutrina e exercícios específicos para a fixação de matéria jurídica.

É muito comum o leitor se debruçar sobre uma obra e na leitura passar despercebido esse ou aquele ponto. Tal ocorre pela simples razão de que por mais concentrados e interessados que estejamos sobre determinado livro é impossível - ou quase - conseguirmos fixar cada parágrafo do texto que acabamos de ler.

Não por outra razão alguns leitores costumam fazer anotações à margem do texto, com o objetivo de fixar assunto específico. Nessa linha, e tratando-se “A União Federal em Juízo” de livro que engloba temas de Direito Constitucional, Direito Processual Civil e, também, de Direito Processual Constitucional, entendi razoável elaborar alguns **exercícios especificamente voltados para fixar pontos relevantes** da matéria tratada nessa obra, que, felizmente, tem tido razoável acolhida pelo público leitor, especialmente aqueles que estão buscando maior conhecimento sobre aspectos importantes da Fazenda Pública em Juízo, bem como obter informações que possam ser úteis na vida profissional e na preparação para concursos públicos na área federal (advogado da União, juiz federal, procurador da República, procurador da Fazenda Nacional, procurador federal), que sempre demandam **doutrina específica**, raramente encontrada nos manuais que se ocupam do tratamento geral de disciplinas como Direito Constitucional e Processual Civil.

Desse modo, os exercícios que se seguem se destinam a acadêmicos de Direito e a leitores, com o objetivo de contribuir para a fixação de temas específicos, devendo, acaso necessário, ser complementados por outras obras.

DIREITO CONSTITUCIONAL - EXERCÍCIOS

Exercício 1.

Federação - autonomia. Precatório - definição. Precatório e Estado Federal.

A autonomia é, provavelmente, a característica principal do Estado Federal. Todavia, a Constituição da República estabelece situações - excepcionais - que relativizam essa autonomia. Essa possibilidade é objeto de breve análise no livro **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), no Capítulo VII, dedicado à “Execução contra a União”.

Proceda a leitura do referido Capítulo VII, atendo-se unicamente aos aspectos constitucionais, especialmente do item dedicado ao “Precatório”. Identifique o artigo da Constituição sobre esse instituto (Precatório); defina-o e comente-o. O Precatório é realmente necessário? Qual a relação “Precatório versus Estado Federal” apontada pelo Professor João Carlos Souto na 2ª edição da referida obra? Comente-a.

Sobre os temas acima, elaborar trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 2.

Federação. Conveniência de utilização da expressão “União Federal”.

A Constituição da República em nenhum momento usa a expressão “União Federal”. Não obstante essa constatação, o Judiciário Federal, e especialmente o Supremo Tribunal Federal, a utiliza em todos os processos em que a União figura como parte ou litisconsorte. Nas primeiras páginas da segunda edição da obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2000) consta um item intitulado “Nota à 2ª Edição - União ou União Federal”.

Com fundamento nas razões aduzidas pelo autor e com base em outras **eventualmente** encontradas na doutrina, elabore um trabalho individual, com no mínimo 03 (três) e no máximo 06 (seis) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze), comentando a expressão “União Federal” e estabelecendo seu posicionamento sobre esse tema.

Exercício 3.

Estado Federal.

O tema Federação ocupa posição central na doutrina constitucional. O primeiro capítulo do livro **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000) é praticamente todo ele dedicado à análise dessa Forma de Estado (há, também, breve menção em outros capítulos, a exemplo do Capítulo VII). O autor utiliza de doutrina estrangeira (James MacGregor Burns, Woodrow Wilson, Divine, Breen e Friedrichson, entre outros) e nacional (Aliomar Baleeiro, Afonso Arinos, Paulo Bonavides) buscando explicitar esse tema sobre o qual se controvertem, desde longa data, os estudiosos do Direito Constitucional.

Acerca desse tema, “Estado Federal”, faça um resumo dos principais pontos mencionados pelo autor na referida obra, especialmente sobre “manifestações federativas anteriores a 1889”, assunto em que o Professor João Carlos Souto acrescenta dados às observações do ex-Ministro do STF Aliomar Baleeiro.

Trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 4.

Prescrição. Prazo específico em prol da Fazenda Pública. Constitucionalidade.

A legislação ordinária, há quase um século, estabelece que o direito de ação contra a Fazenda Pública prescreve em cinco anos. Na obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), o Professor João Carlos Souto se ocupa desse tema, defendendo a constitucionalidade do ato normativo que disciplina a matéria, valendo-se, inclusive, de decisão judicial federal, de primeiro grau, que acolheu argumentos por ele elencados na época em que chefiava Procuradoria da União.

Este documento está disponível em www.joaocarlossouto.adv.br

O tema, entretanto, não é tão simples quanto parece. Há posições contrárias, inclusive com relação à terminologia adotado pelo legislador.

Analise os argumentos constantes da referida obra e emita sua opinião sobre o tema, em trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 5.

Foro competente da União.

A Lei Máxima de 1988, estabelece (art. 109), em termos, que aos juízes federais compete julgar as causas de interesse da União, entidade autárquica ou empresa pública federal. Todavia, esse tema não foi tratado de modo uniforme em algumas das Constituições Federais que antecederam a atual. A obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000) acolhe um capítulo específico sobre o tema (Capítulo V), intitulado “Foro Competente da União”, em que o autor faz um histórico da Justiça Federal no Brasil, sua origem e evolução.

Analise o citado capítulo (V) discorrendo, necessariamente, sobre os seguintes temas: a) jurisdição única; b) *judicial control* e d) contencioso administrativo, além de comentar e) a evolução da Justiça Federal brasileira.

Trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 6.

Princípio constitucional da igualdade e privilégios processuais.

O art. 5º da Constituição Federal acolhe, no seu *caput* e no inciso I, o princípio da igualdade. Esse princípio não é, entretanto, absoluto. Uma parte da doutrina, inclusive, utiliza-o como supedâneo para justificar a extinção dos impropriamente denominados “privilégios processuais da Fazenda Pública”.

Faça uma comparação entre o princípio constitucional da igualdade e a supremacia do interesse público, conforme considerações constantes no Capítulo IV da obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000). Convém observar que além do Capítulo VI esse tema é objeto de outras abordagens na referida obra.

Trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 7.

Este documento está disponível em www.joaocarlossouto.adv.br

Advogado-geral da União e autonomia da Advocacia-Geral da União.

O advogado-geral da União integra o primeiro escalão do Executivo Federal. Trata-se de Ministro de Estado, chefe da Advocacia-Geral da União e o mais importante auxiliar jurídico do Presidente da República.

Em dois Capítulos (II e III) da obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000) o autor se ocupa de analisar o perfil constitucional e legal do chefe do maior escritório de advocacia da América Latina.

Comente os principais tópicos desses dois capítulos, buscando enfatizar a questão da autonomia financeira e administrativa da AGU e como compatibilizá-la com a necessidade de o Executivo Federal possuir sua própria, por assim dizer, “assessoria jurídica”.

Trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 8.

Ministério Público e representação judicial da União.

A representação judicial da União compete a instituição constitucional e especificamente criada para esse fim. Feito esse registro indaga-se: qual a relação que o Ministério Público tem com esse tema - representação judicial da União? Como esse assunto é tratado nos Estados Unidos? A representação da União é centralizada ou descentralizada? Alcança atividade judicial ou somente de consultoria?

Sugere-se consulta ao Capítulo II da obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000).

Trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 9.

Advogado-geral da União e controle de constitucionalidade

No Capítulo II do livro **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), o autor comenta a posição do advogado-geral da União na ação direta de inconstitucionalidade e inclusive apresenta anteprojeto de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) tratando sobre esse assunto.

Após a leitura do referido capítulo, comente a posição do AGU na ação direta e a proposta apresentada pelo autor. Ela é viável? Ela resolve o problema ou aprofunda a polêmica?

Trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 10.

Duplo papel do Ministério Público

Na época em que a Assembléia Nacional Constituinte esteve reunida, em fins da década de 80, havia (e possivelmente ainda exista) uma corrente no Ministério Público Federal que defendia a permanência da defesa da União em mãos da Instituição. Tal não ocorreu, e a União passou a contar, desde então, com um órgão de defesa próprio.

Esse assunto é analisado em diversas passagens do livro **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000). Tomando-se como ponto de partida as considerações alinhavadas pelo autor na referida obra, elabore um trabalho discorrendo sobre esse tema, opinando se a mudança resultou em vantagem ou desvantagem para a sociedade e para a administração pública, se é que é possível separar uma coisa da outra. Amplie suas considerações analisando se a alteração constitucional resultou em benefício direto, também, à administração da Justiça.

Trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 11.

Indissolubilidade do laço federativo.

A expressão "indissolubilidade do laço federativo" é utilizada pelo Professor João Carlos Souto em seu livro **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000) para caracterizar uma especificidade da Federação.

Fundamentado nos argumentos constantes da mencionada obra, responda: O que significa a expressão "indissolubilidade do laço federativo"? Qual a sua amplitude? No que ela se sustenta? O que ela objetiva evitar? Topograficamente onde estaria (am), na Constituição Federal, seu fundamento?

Há, na doutrina, argumento jurídicos capazes de lhe serem opostos? (Para que fique claro, opostos à indissolubilidade). A Constituição, ainda que indiretamente, se ocupa disso?

Elabore um trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 12.

Estabilidade das carreiras essenciais à administração da Justiça.

Este documento está disponível em www.joaocarlossouto.adv.br

A estabilidade é uma garantia constitucional. Pergunta-se: essa garantia é estendida a todos os servidores públicos ou há alguma exceção? Há alguma outra garantia, atribuível ao servidor público ou a agente político que ofereça maior proteção que a estabilidade?

No que diz respeito aos membros da Advocacia Pública Federal (Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador Federal) a estabilidade é garantia constitucional?

Analise o item 10 do Capítulo III do livro **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000) que é dedicado especificamente às carreiras da Advocacia-Geral da União.

Elabore um trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).